

6. A Criação

A doutrina da Criação constitui a primeira resposta às indagações fundamentais sobre nossa origem e nosso fim.

06/01/2015

Introdução

1. O ato criador

1.1. “A criação é obra comum da Santíssima Trindade” (Catecismo, 292)

1.2. “O mundo foi criado para a glória de Deus” (Concílio Vaticano I)

1.3. Conservação e providência. O mal.

1.4. Criação e salvação

2. A realidade criada

2.1. O mundo espiritual: os anjos

2.2. O mundo material

2.3. O homem

3. Algumas consequências práticas da verdade sobre a criação

.....

Introdução

A importância da verdade da criação vem de que é “o fundamento de todos os projetos divinos de salvação; (...) o início da história da salvação, que culmina em Cristo” (*Compêndio*, 51). Tanto a Bíblia (*Gn 1,1*) como o

Credo começam com a confissão de fé no Criador.

Diferentemente dos outros grandes mistérios da nossa fé (a Trindade e a Encarnação), a criação é “a primeira resposta às questões fundamentais do homem acerca sua própria origem e do seu fim” (*Compêndio*, 51), que o espírito humano se propõe e, em parte, pode também responder, como mostra a reflexão filosófica e os relatos das origens pertencentes às culturas religiosas de tantos povos (cf. *Catecismo*, 285); não obstante, a especificidade da noção de criação só foi de fato entendida com a revelação judaico-cristã.

A criação é, pois, um mistério de fé e, ao mesmo tempo, uma verdade acessível à razão natural (cf. *Catecismo*, 286). Esta peculiar posição entre fé e razão faz da criação um bom ponto de partida na tarefa de evangelização e de diálogo

que os cristãos estão sempre – particularmente em nossos dias[1] – chamados a realizar, como já fizera São Paulo no Areópago de Atenas (At 17,16-34).

Costuma-se distinguir entre o ato criador de Deus (a criação *active sumpta*) e a realidade criada, que é efeito de tal ação divina (a criação *passive sumpta*)[2]. Seguindo este esquema, são expostos a seguir os principais aspectos dogmáticos da criação.

1. O ato criador

1.1. “A criação é obra comum da Santíssima Trindade” (Catecismo, 292)

A Revelação apresenta a ação criadora de Deus como fruto da sua onipotência, da sua sabedoria e do seu amor. Costuma-se atribuir a criação ao Pai (cf. *Compêndio*, 52), assim como a redenção ao Filho e a

santificação ao Espírito Santo. Ao mesmo tempo, as obras *ad extra* da Trindade (a primeira delas é a criação) são comuns às três Pessoas, e por isso, faz sentido perguntar-se pelo papel específico de cada Pessoa na criação, pois “cada Pessoa divina cumpre a obra comum segundo a sua propriedade pessoal” (*Catecismo*, 258). Este é o sentido da igualmente tradicional apropriação dos atributos essenciais (onipotência, sabedoria, amor) respectivamente ao agir criador do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

No Símbolo Niceno-Constantinopolitano, confessamos a nossa fé “em um só Deus, Pai todo-poderoso, criador do céu e da terra”; “em um só Senhor Jesus Cristo (...) por ele todas as coisas foram feitas”; e no Espírito Santo, “Senhor que dá a vida” (DH 150). A fé cristã fala, portanto, não somente de uma criação *ex nihilo*, do nada, que indica

a onipotência de Deus Pai; mas também de uma criação feita com inteligência, com a sabedoria de Deus – o *Logos* por meio do qual tudo foi feito (*Jo* 1, 3) -; e de uma criação *ex amore* (GS 19), fruto da liberdade e do amor que é o próprio Deus, o Espírito que procede do Pai e do Filho. Consequentemente, as processões eternas das Pessoas estão na base de seu agir criador[3].

Assim, como não há contradição entre a unicidade de Deus e o seu ser três Pessoas, de modo análogo não se contrapõe a unicidade do princípio criador com a diversidade dos modos de agir de cada uma das Pessoas.

“Criador do céu e da terra”

“No princípio, Deus criou o céu e a terra. Três coisas são afirmadas nestas primeiras palavras da Escritura: o Deus eterno pôs um começo a tudo o que existe fora dele. Só ele é Criador (o verbo “criar” – em

hebraico, “bara” – sempre tem como sujeito Deus). Tudo o que existe (expresso pela fórmula “o céu e a terra”) depende daquele que lhe dá o ser” (*Catecismo*, 290).

Somente Deus pode criar em sentido próprio[4], o que significa dar origem às coisas do nada (*ex nihilo*), e não a partir de algo pré-existente; para isso, requer-se uma potência ativa infinita que só Deus possui (cf. *Catecismo*, 296-298). É congruente (adequado), portanto, apropriar a potência criadora ao Pai, já que Ele é, na Trindade – segundo uma expressão clássica – *fons et origo*, quer dizer, a Pessoa de quem procedem as outras duas, princípio sem princípio.

A fé cristã afirma que a distinção fundamental, de fato, é a que se dá entre Deus e as criaturas. Isto supôs uma novidade nos primeiros séculos, nos quais a polaridade entre matéria

e espírito dava motivo a visões inconciliáveis entre si (materialismo e espiritualismo, dualismo e monismo). O cristianismo rompeu estes esquemas, principalmente com sua afirmação de que também a matéria (do mesmo modo que o espírito) é criatura do único Deus transcendente. Mais tarde, São Tomás desenvolveu uma metafísica da criação que descreve a Deus como o próprio Ser subsistente (*Ipsum Esse Subsistens*). Como causa primeira, é absolutamente transcendente ao mundo; e ao mesmo tempo, em virtude da participação de seu ser nas criaturas, está presente intimamente nelas, as quais dependem, em tudo, de quem é fonte do ser. Deus é *superior summo meo* (maior do que o que há de maior em mim) e, ao mesmo tempo, *intimior intimo meo* (mais íntimo do que o que há de mais íntimo em mim) (Santo Agostinho, *Confissões*, 3,6,11; cf. *Catecismo*, 300).

“Por Ele todas as coisas foram feitas”

A literatura sapiencial do Antigo Testamento apresenta o mundo como fruto da sabedoria de Deus (cf. *Sab* 9,9). “O mundo não é o produto de uma necessidade qualquer, de um destino cego ou do acaso” (*Catecismo*, 295), mas tem uma inteligibilidade que a razão humana, participando na luz do entendimento divino, pode captar, não sem esforço e em espírito de humildade e de respeito ante o Criador e sua obra (cf. *Jo* 42,3; cf. *Catecismo*, 299). Este desenvolvimento chega à sua expressão plena no Novo Testamento: ao identificar o Filho, Jesus Cristo, com o *Logos* (cf. *Jo* 1, 1ss), afirma que a sabedoria de Deus é uma Pessoa, o Verbo encarnado, por quem tudo foi feito (*Jo* 1, 3). São Paulo formula esta relação do criado com Cristo, esclarecendo que todas

as coisas foram criadas nele, por ele e para ele (Col 1, 16-17).

Há, pois, uma razão criadora na origem do cosmos (cf. *Catecismo*, 284)[5]. O Cristianismo tem, desde o começo, uma grande confiança na capacidade da razão humana de conhecer; e uma enorme segurança em que jamais a razão (científica, filosófica etc.) poderá chegar a conclusões contrárias à fé, pois ambas provêm da mesma origem.

Não é raro encontrar pessoas que apresentam falsos dilemas, como, por exemplo, entre criação e evolução. Em realidade, uma epistemologia adequada não só distingue os âmbitos próprios das ciências naturais e da fé, mas, ainda, reconhece, na filosofia, um elemento necessário de mediação, pois as ciências, com seu método e objeto próprios, não cobrem todo o âmbito da razão humana; e a fé, que se

refere ao mesmo mundo do qual tratam as ciências, necessita, para formular-se e entrar em diálogo com a racionalidade humana, de categorias filosóficas[6].

É lógico, portanto, que a Igreja, desde o início, buscasse o diálogo com a razão: uma razão consciente de seu caráter criado, pois não se deu a si própria a existência, nem dispõe completamente de seu futuro; uma razão aberta àquilo que a transcende, em suma, a Razão originária. Paradoxalmente, uma razão fechada sobre si, que acredita poder achar dentro de si a resposta às suas interrogações mais profundas, acaba por afirmar a falta de sentido da existência, e por não reconhecer a inteligibilidade do real (niilismo, irracionalismo, etc.).

“Senhor que dá a vida”

“Cremos que o mundo procede da vontade livre de Deus, que quis fazer

as criaturas participarem de seu ser, de sua sabedoria e de sua bondade: "Pois tu criaste todas as coisas; por tua vontade é que elas existiam e foram criadas". (Ap 4,11). (...). "O Senhor é bom para todos, compassivo com todas as suas obras"" (*Catecismo*, 295). Em consequência, "Originada da bondade divina, a criação participa desta bondade: "E Deus viu que isto era bom... muito bom": Gn 1, 4. 10. 12. 18. 21. 31). Pois a criação é querida por Deus como um dom..." (*Catecismo*, 299).

Este caráter de bondade e de dom livre permite descobrir na criação a atuação do Espírito – que “movia-se sobre as águas” (*Gn* 1,2) –, a Pessoa Dom na Trindade, Amor subsistente entre o Pai e o Filho. A Igreja confessa sua fé na obra criadora do Espírito Santo, que dá a vida e é fonte de todo bem[7].

A afirmação cristã da liberdade divina criadora permite superar a estreiteza de outras visões que, atribuindo uma necessidade a Deus, acabam por sustentar um certo fatalismo ou determinismo. Não há nada, nem “dentro”, nem “fora” de Deus, que o obrigue a criar. Qual é então o fim que o move? O que se propôs ao criar-nos?

1.2. “O mundo foi criado para a glória de Deus” (Concílio Vaticano I)

Deus criou tudo “não para aumentar sua glória, mas para manifestá-la e comunicá-la” (São Boaventura, *Sent.*, 2,1,2,2,1). O Concílio Vaticano I (1870) ensina que “por sua bondade e pela sua virtude onipotente, não para aumentar a sua felicidade nem para adquirir sua perfeição, mas para a manifestar essa perfeição por meio dos bens que prodigaliza às criaturas, Deus, com vontade

plenamente livre, criou simultaneamente no início do tempo ambas as criaturas do nada: a espiritual e a corporal” (DS 3002; cf. *Catecismo*, 293).

“A glória de Deus consiste em que se realize esta manifesta e esta comunicação de sua bondade em vista das quais o mundo foi criado. Fazer de nós "filhos adotivos por Jesus Cristo: conforme o beneplácito de sua vontade para louvor à glória da sua graça" (Ef 1,5-6): "Pois a glória de Deus é o homem vivo, e a vida do homem é a visão de Deus" (Santo Irineu, *Adversus haereses*, 4,20,7)” (*Catecismo*, 294).

Longe de uma dialética de princípios contrapostos (como ocorre no dualismo de tipo maniqueísta, como também no idealismo monista hegeliano), afirmar a glória de Deus como fim da criação não comporta uma negação do homem, mas uma

condição indispensável para a sua realização. O otimismo cristão tem as suas raízes na exaltação conjunta de Deus e do homem: “somente se Deus é grande, o homem também é grande”[8]. Trata-se de um otimismo e uma lógica que afirmam a absoluta prioridade do bem, mas que não são, por isso, cegos ante a presença do mal no mundo e na história.

1.3. Conservação e providência. O mal

A criação não se reduz aos começos; uma vez realizada a criação, “Com a criação, Deus não abandona sua criatura a ela mesma. Não somente lhe dá o ser e a existência, mas também a sustenta a todo instante no ser, dá-lhe o dom de agir e a conduz a seu termo” (*Catecismo*, 301). A Sagrada Escritura compara esta atuação de Deus na história com a ação criadora (cf. *Is* 44,24; 45,8;51,13). A literatura sapiencial explicita a

ação de Deus que mantém suas criaturas na existência. “Como poderia subsistir qualquer coisa, se não o tivésseis querido, e conservar a existência, se por vós não tivesse sido chamada?” (Sab 11,25). São Paulo vai mais longe e atribui esta ação conservadora a Cristo: “Ele existe antes de todas as coisas, e todas as coisas subsistem nele” (Col 1,17).

O Deus dos cristãos não é um relojoeiro ou arquiteto que, após ter realizado sua obra, se desentende dela. Estas imagens são próprias de uma concepção deísta, segundo a qual Deus não se imiscui nos assuntos deste mundo. Mas isto supõe uma distorção do autêntico Deus criador, pois separa drasticamente a criação da conservação e governo divino do mundo[9].

A noção de conservação “faz o papel de ponte” entre a ação criadora e o

governo divino do mundo (providência). Deus não só cria o mundo e o mantém na existência, mas, além disso, “conduz as suas criaturas para a perfeição última, à qual Ele mesmo as chamou” (*Compêndio*, 55). A Sagrada Escritura apresenta a soberania absoluta de Deus e testemunha constantemente o seu cuidado paterno, tanto nas coisas pequenas como nos grandes acontecimentos da história (cf. *Catecismo*, 303). Neste contexto, Jesus se revela como a providência “encarnada” de Deus, que atende, como Bom Pastor, as necessidades materiais e espirituais dos homens (*Jo* 10,11.14-15; *Mt* 14, 13-14, etc.) e nos ensina a abandonar-nos aos seus cuidados (*Mt* 6,31-33).

Se Deus cria, sustenta e dirige tudo com bondade, de onde provem o mal? “Para esta pergunta tão premente quanto inevitável, tão dolorosa quanto misteriosa, não há

uma resposta rápida. É o conjunto da fé cristã que constitui a resposta a esta pergunta (...). Não há nenhum elemento da mensagem cristã que não seja, por uma parte, uma resposta à questão do mal” (*Catecismo*, 309).

A criação não está terminada desde o princípio, mas Deus a fez *in statu viae*, isto é, em direção a uma meta última por alcançar. Para a realização dos seus desígnios, Deus se serve do concurso das criaturas, e concede aos homens uma participação da sua providência, respeitando sua liberdade, ainda quando atuem mal (cf. *Catecismo*, 302, 307, 311). Aquilo que realmente surpreende é que Deus “em sua onipotente providência pode tirar um bem das consequências de um mal” (*Catecismo*, 312). É uma misteriosa e grandíssima verdade que “todas as coisas concorrem para

o bem daqueles que amam a Deus” (*Rm* 8,28)[10].

A experiência do mal parece mostrar uma tensão entre a onipotência e a bondade divinas em sua atuação na história. Aquela recebe resposta, certamente misteriosa, no evento da Cruz de Cristo, que revela o “modo de ser” de Deus, e é, portanto, fonte de sabedoria para o homem (*sapientia crucis*).

1.4. Criação e salvação

A criação é “o primeiro passo para a Aliança do Deus único com seu povo” (*Compêndio*, 51). Na Bíblia, a criação está aberta à atuação salvífica de Deus na história, que tem a sua plenitude no mistério pascal de Cristo, e que alcançará sua perfeição final no fim dos tempos. A criação foi feita com vistas ao sábado, o sétimo dia, em que o Senhor descansou, dia em que culmina a primeira criação e que se abre ao oitavo dia em que

começa uma obra ainda mais maravilhosa: a Redenção, a nova criação em Cristo (2 *Cor* 5,7; cfr *Catecismo*, 345-349).

Assim, fica patente a continuidade e unidade do desígnio divino de criação e redenção. Entre ambos, não há qualquer hiato, mas um vínculo, pois o pecado dos homens não corrompeu totalmente a obra divina. A relação entre ambas – criação e salvação – pode expressar-se dizendo que, de um lado, a criação é o primeiro evento salvífico; e por outro lado, que a salvação redentora possui as características de uma nova criação. Esta relação ilumina importantes aspectos da fé cristã, como a ordenação da natureza à graça, ou a existência de um único fim sobrenatural do homem.

2. A realidade criada

O efeito da ação criadora de Deus é a totalidade do mundo criado, “céus e

terra” (*Gn* 1,1). Deus é “Criador de todas as coisas, das visíveis e das invisíveis, espirituais e corporais; que por sua virtude onipotente, desde o princípio dos tempos e simultaneamente, criou do nada a uma e outra criatura, a espiritual e a corporal, isto é, a angélica e a material, e depois a humana, como comum, composta de espírito e de corpo”[11].

O cristianismo supera tanto o monismo (que afirma que a matéria e o espírito se confundem, que a realidade de Deus e do mundo se identificam), como o dualismo (segundo o qual a matéria e o espírito são princípios originários opostos).

A ação criadora pertence à eternidade de Deus, mas o efeito de tal ação está marcado pela temporalidade. A Revelação afirma que o mundo foi criado como mundo

com um início temporal[12], isto é, que o mundo foi criado com o tempo, o qual é indício muito coerente com a unidade do desígnio divino de revelar-se na história da salvação.

2.1. O mundo espiritual: os anjos

“A existência dos seres espirituais, não-corporais, que a Sagrada Escritura habitualmente chama anjos, é uma verdade de fé. O testemunho da Escritura é tão claro quanto a unanimidade da Tradição” (*Catecismo*, 328). Os dois testemunhos mostram os anjos em sua dupla função de amar a Deus e ser mensageiros de seu desígnio salvador. O Novo Testamento apresenta os anjos em relação a Cristo: criados por Ele e para Ele (*Col* 1,16), rodeiam a vida de Jesus desde o seu nascimento até a Ascensão, sendo os anunciadores de sua segunda vinda, gloriosa (cf. *Catecismo*, 333).

Da mesma forma, também estão presentes desde o início da vida da Igreja, que se beneficia de sua ajuda poderosa, e em sua liturgia se une a eles na adoração a Deus. A vida de cada homem está acompanhada desde seu nascimento por um anjo que o protege e conduz à Vida (cf. *Catecismo*, 334-336).

A teologia (especialmente São Tomás de Aquino, o *Doutor Angélico*) e o Magistério da Igreja aprofundaram no estudo da natureza desses seres puramente espirituais, dotados de inteligência e vontade, afirmando que são criaturas pessoais e imortais, que superam em perfeição a todas as criaturas visíveis (cf. *Catecismo*, 330).

Os anjos foram criados em estado de prova. Alguns se rebelaram irrevogavelmente contra Deus. Caídos no pecado, Satanás e os outros demônios – que haviam sido criados bons, mas por si mesmos se fizeram

maus – instigaram nossos primeiros pais para que pecassem (cf. *Catecismo*, 391-395).

2.2. O mundo material

Deus “criou o mundo visível em toda a sua riqueza, diversidade e ordem. A Sagrada Escritura apresenta a obra do Criador, simbolicamente, como uma sequência de seis dias "de trabalho" divino, que terminam com o "descanso" do sétimo dia (*Gn* 1,1-2,4)” (*Catecismo*, 337). “Repetidas vezes a Igreja teve de defender a bondade da criação, inclusive do mundo material (cf. DS 286; 455-463; 800; 1333; 3002)” (*Catecismo*, 299).

“Pela própria condição da criação, todas as coisas estão dotadas de firmeza, verdade e bondade próprias e de uma ordem” (GS 36,2). A verdade e bondade da criação procedem do único Deus Criador, que é, ao mesmo tempo, Trino. Assim, o mundo criado é um certo

reflexo da atuação das Pessoas divinas: “em todas as criaturas encontra-se uma representação da Trindade, na forma de um vestígio”[13].

O cosmos tem uma beleza e uma dignidade enquanto obra de Deus. Há uma solidariedade e uma hierarquia entre os seres, o que deve levar a uma atitude contemplativa de respeito para com a criação e as leis naturais que a regem (cf. *Catecismo*, 339, 340, 342, 354). Certamente, o cosmos foi criado para o homem, que recebeu de Deus a ordem de dominar a terra (cf. *Gn* 1,28). Tal ordem não é um convite à exploração despótica da natureza, mas um convite para participar no poder criador de Deus: mediante seu trabalho, o homem colabora no aperfeiçoamento da criação.

O cristão participa das justas exigências que a sensibilidade

ecológica tem manifestado nas últimas décadas, sem cair em uma vaga divinização do mundo, e afirmando a superioridade do homem em relação aos outros seres, como “ponto culminante da obra da criação” (*Catecismo*, 343).

2.3. O homem

As pessoas humanas gozam de uma peculiar posição na obra criadora de Deus, ao participar, simultaneamente, da realidade material e da espiritual. Somente do homem a Escritura nos diz que Deus o criou “à sua imagem e semelhança” (*Gn* 1,26). Ele foi colocado por Deus como cabeça da realidade visível, e goza de uma dignidade especial, pois, “De todas as criaturas visíveis, só o homem é "capaz de conhecer e amar seu Criador" (216); ele é a "única criatura na terra que Deus quis por si mesma" (217); só ele é chamado a

compartilhar, pelo conhecimento e pelo amor, a vida de Deus. Foi para este fim que o homem foi criado, e aí reside a razão fundamental da sua dignidade” (*Catecismo*, 356; cf. *ibidem*, 1701-1703).

Homem e mulher, em sua diversidade e complementaridade, queridas por Deus, gozam da mesma dignidade como pessoas (cf. *Catecismo*, 357, 369, 372). Em ambos, ocorre a união substancial do corpo e da alma, sendo esta a forma do corpo. Sendo espiritual, a alma humana é criada imediatamente por Deus (não é “produzida” pelos pais, nem é pré-existente), e é imortal (cf. *Catecismo*, 366). As duas características (espiritualidade e imortalidade) podem ser mostradas filosoficamente. Portanto, é um reducionismo afirmar que o homem procede exclusivamente da evolução biológica (evolucionismo absoluto). Na verdade, há saltos ontológicos que

não podem ser explicados só pela evolução. A consciência moral e a liberdade do homem, por exemplo, manifestam sua superioridade sobre o mundo material, e são sinais de sua especial dignidade.

A verdade da criação ajuda a superar tanto a negação da liberdade (determinismo) como o extremo contrário da exaltação indevida da mesma: a liberdade humana é criada, não absoluta, e existe em mútua dependência da verdade e do bem. O sonho de uma liberdade como puro poder e arbitrariedade corresponde a uma imagem deformada, não só do homem, mas também de Deus.

Mediante sua atividade e seu trabalho, o homem participa do poder criador de Deus[14]. Além disso, sua inteligência e sua vontade são uma participação, uma faísca da sabedoria e do amor divinos.

Enquanto o resto do mundo visível é mero vestígio da Trindade, o ser humano constitui uma autêntica *imago Trinitatis*.

3. Algumas consequências práticas da verdade sobre a criação

A radicalidade da ação divina criadora e salvadora exige do homem uma resposta que tenha esse mesmo caráter de totalidade: “amarás ao Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda tua alma, com todas as tuas forças” (*Dt* 6,5; cf. *Mt* 22,37; *Mc* 12,30; *Lc* 10,27). Nesta correspondência encontra-se a verdadeira felicidade, a única coisa que torna plena a liberdade.

Por sua vez, a universalidade da ação divina tem um sentido tanto intensivo como extensivo: Deus cria e salva a todo homem e a todos os homens. Corresponder à chamada de Deus para amá-lo com todo nosso ser

está intrinsecamente unido a levar o seu amor a todo o mundo[15].

O conhecimento e a admiração do poder, sabedoria e amor divinos levam o homem a uma atitude de reverência, adoração e humildade, a viver na presença de Deus, sabendo-se seu filho. Ao mesmo tempo, a fé na providência leva o cristão a uma atitude de confiança filial em Deus, em todas as circunstâncias: com agradecimento pelos bens recebidos, e com abandono simples diante daquilo que pode parecer mal, pois Deus, dos males, tira bens maiores.

Consciente de que tudo foi criado para a glória de Deus, o cristão procura comportar-se em todas as ações de modo a buscar o fim verdadeiro que enche sua vida de felicidade: a glória de Deus, não a própria vanglória. Esforça-se para retificar a intenção em suas ações, de modo que se possa dizer que o único

fim de sua vida é este: *Deo omnis gloria!*[16].

Deus quis colocar o homem à frente de sua criação, outorgando-lhe o domínio sobre o mundo, de maneira que a aperfeiçoe com seu trabalho. A atividade humana pode ser, portanto, considerada como uma participação na obra divina da criação.

A grandeza e a beleza das criaturas suscitam nas pessoas admiração e desperta nelas a pergunta pela origem e destino do mundo e do homem, fazendo-as entrever a realidade de seu Criador. O cristão, em seu diálogo com os que não têm fé, pode suscitar estas perguntas para que as inteligências e os corações se abram à luz do Criador. Da mesma forma, em seu diálogo com pessoas de diversas religiões, o cristão encontra, na verdade da criação, um excelente ponto de partida, pois

trata-se de uma verdade em parte compartilhada, e que constitui a base para a afirmação de alguns valores morais fundamentais da pessoa.

Santiago Sanz

Bibliografia básica

Catecismo da Igreja Católica, 279-374.

Compêndio do Catecismo da Igreja Católica, 51-72.

DH, nn. 125, 150, 800, 806, 1333, 3000-3007, 3021-3026, 4319, 4336, 4341.

Concílio Vaticano II, *Gaudium et spes*, 10-18, 19-21, 36-39.

João Paulo II, *Creo en Dios Padre. Catequesis sobre el Credo (I)*, Palabra, Madri 1996, 181-218.

Leituras recomendadas

Santo Agostinho, *Confissões*, livro XII.

São Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, I, qq. 44-46.

São Josemaria, Homilia “*Amar o mundo apaixonadamente*”, em Entrevistas com Mons. Josemaria Escrivá, 113-123.

Joseph Ratzinger, *Creación y pecado*, Eunsa, Pamplona 1992.

João Paulo II, *Memoria e identidade*, Ed. Objetiva, 2005.

.....

[1] Entre muitas outras intervenções, cf. Bento XVI, *Discurso* aos membros da Cúria Romana, 22-12-05; *Fé, Razão e universidade* (Discurso em Regensburg), 12-09-06; *Ângelus*, 28-01-07.

[2] Cf. São Tomás, *De Potentia*, q. 3, a. 3, co.; o *Catecismo* segue este mesmo esquema.

[3] Cf. São Tomás, *Super Sent.*, lib. 1, d. 14, q. 1, a. 1, co.: “são a causa e a razão da processão (procedência) das criaturas”.

[4] Por isso se diz que Deus não tem necessidade de instrumentos para criar, já que nenhum instrumento possui a potência infinita necessária para criar. Decorre daí, também, que quando se fala, por exemplo, do homem como criador, ou, inclusive, como capaz de participar do poder criador de Deus, o emprego do adjetivo “criador” não é analógico, mas metafórico.

[5] Este ponto aparece com frequência nos ensinamentos de Bento XVI, por exemplo, na Homilia de Regensburg, 12-09-06; *Discurso* em Verona, 19-10-2006; *Encontro* com o

clero da diocese de Roma, 22-02-2007 etc.

[6] Tanto o racionalismo cientificista como o fideísmo científico necessitam uma correção por parte da filosofia. Além disso, há que evitar, da mesma forma, a falsa apologética de quem vê forçadas concordâncias, buscando nos dados fornecidos pela ciência uma verificação empírica ou uma demonstração das verdades da fé, quando, na verdade, como dissemos, trata-se de dados que pertencem a métodos e disciplinas distintas.

[7] Cf. João Paulo II, Carta Encíclica *Dominum et vivificantem*, 18-05-1986, 10.

[8] Bento XVI, *Homilia*, 15-08-2005.

[9] O deísmo implica em um erro na noção metafísica de criação, pois esta, enquanto doação do ser, leva consigo dependência ontológica por

parte da criatura, que não é separável de sua continuação no tempo. Ambas constituem um mesmo ato, ainda que possamos distingui-las conceitualmente: “a conservação das coisas por Deus não se dá por uma ação nova, mas pela continuação da ação que dá o ser, que é certamente uma ação sem movimento e sem tempo” (São Tomás, *Summa Theologiae*, I, q. 104, a. 1. ad 3).

[10] Em continuidade com a experiência de tantos santos da história da Igreja, esta expressão paulina se encontrava frequentemente nos lábios de São Josemaria, que vivia e animava assim a viver em uma gozosa aceitação da vontade divina (cf. São Josemaria, *Sulco*, 127; *Via Sacra*, IX, 4; *Amigos de Deus*, 119). Por outro lado, o último livro de João Paulo II, *Memória e Identidade*, constitui uma profunda reflexão sobre a atuação da

providencia divina na história dos homens, segundo aquela outra asserção de São Paulo: “Não te deixes vencer pelo mal; antes, vence o mal com o bem” *Rm* 12, 21).

[11] Concílio Lateranense IV (1215), DH 800.

[12] Assim o ensina o Concílio Lateranense IV e, referindo-se a ele, o Concílio Vaticano I (cf. respectivamente DH 800 e 3002). Trata-se de uma verdade revelada, que a razão não pode demonstrar, como ensinou São Tomás na famosa disputa medieval sobre a eternidade do mundo: cf. *Contra Gentiles*, lib. 2, cap. 31-38; e seu opúsculo filosófico *De aeternitate mundi*.

[13] São Tomás, *Summa Theologiae*, I, q. 45, a. 7, co.; cf. *Catecismo*, 237.

[14] Cf. São Josemaria, *Amigos de Deus*, 57.

[15] Que o apostolado é a superabundância da vida interior (cf. São Josemaria, *Caminho*, 961) se manifesta como o correlato da dinâmica *ad intra-ad extra* do agir divino, isto é, da intensidade do ser, da sabedoria e do amor trinitário que se extravasa para as criaturas.

[16] Cf. São Josemaria, *Caminho*, 780; *Sulco*, 647; *Forja*, 611, 639, 1051.